

“A GUERRA NO “LONGO SÉCULO XIX” :
TEORIAS DA GUERRA E ANÁLISE HISTÓRICA

Maurício Orestes Parisi

INTRODUÇÃO

Em 1789, explode a Revolução Francesa como resultado das contradições próprias do Antigo Regime francês. Em dez longos e violentos anos, o processo revolucionário porá abaixo o edifício do absolutismo monárquico francês e criará condições propícias ao desenvolvimento sem peias do capitalismo. Vivenciada como uma vitória dos princípios da Ilustração e da Modernidade a Revolução extravasou as fronteiras da história francesa e tornou-se um evento de caráter europeu e mundial.

A Queda da Bastilha e a execução de Luís XVI tornaram-se senhas para os interessados em substituir a Velha Ordem, substituindo absolutismos por monarquias constitucionais ou repúblicas. De qualquer modo, emerge o novo soberano, o povo. Princípios de fundo iluminista guiarão a entrada dos europeus na Modernidade (quer no sentido weberiano como marxista). Nesta perspectiva, a Revolução é o marco de uma nova era histórica.

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm, o mundo contemporâneo é resultante de uma dupla revolução, os efeitos combinados da *Revolução Francesa* e da *Revolução Industrial* (1). Em relação a primeira, teríamos o advento e desenvolvimento do vocabulário político moderno (direita e esquerda), a linguagem e prática da cidadania, da política de massas, da constituição do campo dos direitos civis, enfim, o mundo das ideologias e, principalmente, o desenvolvimento da idealização/realização da **Nação** e do **Nacionalismo**. Entendida como momento histórico do fortalecimento e expansão do Estado Nacional Moderno, a Revolução Francesa transforma todos os antigos súditos em “filhos da pátria” (como expresso nos versos da *Marselhesa*, o verdadeiro hino do longo século XIX). Desponta, o Nacionalismo militante, que para virar beligerante não necessita mais do que poucos passos de marcha acelerada.

Quanto a *Revolução Industrial*, temos finalmente o coroamento do longo processo de transição de feudalismo para o capitalismo. Mais que isto, o modo de produção capitalista aparece com o seu perfil específico de produção e circulação, bem como é garantido seu processo de reprodução ampliada. Formas anteriores de produção e grupos sociais a elas ligados tendem ao desaparecimento e fica nítido o papel que o crescimento exponencial da tecnologia passa a ter no crescimento econômico do novo modo de produção que tende para o triunfo histórico. Como assinalaram testemunhas da própria época, o capitalismo tende a revolucionar constantemente as bases materiais de sustentação da sociedade. Entramos, portanto, na Era das Massas, da tecnologia e da Economia.

Neste processo de constituição, do mundo contemporâneo, não pode ser esquecida a *Revolução Americana*. A independência da Treze Colônias britânicas constituiu acontecimento tão expressivo para o dito mundo atlântico ou ocidental quanto as duas outras revoluções. Também calcada em princípios iluministas e numa vigorosa prática econômica capitalista, os colonos da América do Norte derrotaram a maior potência militar do século XVIII. Não ignorando a ajuda recebida pelos colonos das potências inimigas da Grã-Bretanha, é claro o papel desempenhado pelo radicalismo popular e o extremismo ideológico nesta guerra **revolucionária**. Verdadeira arma-supresa, para qual os “casacos-vermelhos” - hábeis na guerra codificada por

manuais - não estavam preparados. Cavalheiros derrotados por milicanos, isto é , granjeiros e fazendeiros ideologicamente motivados. Se lenda ou não, é ilustrativo que na rendição do general britânico Lorde Cornwallis , em Yorktown em 1781,a banda militar tocasse “*The World turned upside down*” (O Mudo virado de cabeça par baixo). (2)

Portanto, para a Velha Ordem as coisas estavam de “cabeça para baixo” e tudo que era sólido estava se desmanchado no ar. Mas, os *gentlemen* do Antigo Regime não aceitariam tão gentilmente sua derrocada. Partiriam para destruir *manu militari* as ameaças revolucionárias. O que não se esperava é que o próprio modo de fazer a guerra acabou revolucionado.

A GUERRA “REVOLUCIONÁRIA”

“A experiência prova que os exércitos nem sempre bastam para salvar uma nação ; uma nação defendida pelo povo é sempre invencível.”

Napoleão Bonaparte (3)

Em 1792, uma coalizão de monarquias absolutistas ataca a França revolucionária. O objetivo é que Luís XVI reassuma suas prerrogativas de soberano de direito divino e por fim a exasperação políticas das exaltadas patulérias. Esperava-se uma vitória fácil, visto que parte substancial do exército francês era de aristocratas que não compactuavam com a Revolução. Muitos desertaram ou entregaram vitais praças-fortes. Sem o comando aristocrático, supunha-se que um decapitado exército sucumbisse e com ele a Revolução.

O contrário ocorreu. Fortalecido pelo entrelaçamento com a *Garde Nationale* e pelo afluxo de milhares de voluntários, o exército francês segura as fronteiras e contra-ataca. Papel destacado coube a um grupo de novos oficiais, jovens de origem burguesa ou pequeno burguesa, especialmente das armas da artilharia e engenharia. Alçados às posições de comando, estes homens – entre eles, um jovem oficial de artilharia da Córsega – representavam a mobilidade social e conseqüente meritocracia, colocadas em prática pela ascensão de uma sociedade baseada em valores do indivíduo e da Nação.

Associados a eles, milhares de camponeses e cidadãos passaram a usar o uniforme do exército **nacional** (não mais **real**) e prestar serviço militar tornou-se sinônimo de servir à Pátria.Com as convocações de 1794-95, os governos revolucionários instituem os *levée en masse*, ou seja, o recrutamento obrigatório. Nascia a **consciência** moderna, um exército de cidadãos-soldados. Diferente da convocação feudal vigente nos exércitos austríaco ou russo, a consciência moderna passa pela lealdade à Nação e seus valores e torna o soldado um indivíduo – mesmo que submetido a disciplina – que precisa ser motivado e estimulado a lutar, não mais uma engrenagem acéfala das coreografias militares do século XVIII. Paralelo à substituição no plano cultural do Mecanicismo iluminista pelo Romantismo, os exércitos transmutaram-se em máquinas de passionalidade política e seu comando necessitava de oficiais providos de um carisma marcado pela simultaneamente pela eficácia técnica e liderança política, não mais a simples prerrogativa do nascimento. O exército da França revolucionária passou a ser a encarnação deste novo titã bélico. Nas palavras de Jean-Paul Bertaud:

“Esse exército, que passou de 150000 homens em 1789 para quase 400000 em 1792 e mais de 800000 em 1793, recebeu missões diversas, conforme as épocas. Sob a Convenção girondina, a guerra foi uma guerra de expansão e libertação dos povos. Soba a Convenção montagnarde, ‘os missionários da Revolução’ foram inicialmente convidados á defesa da pátria.

Sob o Diretório, a “libertação dos povos” foi pretexto para uma guerra de conquistas, que devia permitir, em larga medida, que a Grande Nação vivesse dela.” (4)

Da defesa das fronteiras francesas, a Armada revolucionária atravessa o Reno, os Pirineus e os Alpes, cruza o Mediterrâneo. As águias republicanas francesas varrem os estandartes monárquicos. A derrota cala fundo as monarquias, especialmente, a Prússia, destronada na liderança militar do continente. Nos anos subsequentes, a França amplia sua vantagens militares com a ascensão de Napoleão Bonaparte, o herdeiro da guerra revolucionária.

Quais seriam as bases da genialidade militar de Bonaparte? Descontado o seu carisma político – um governante burguês que sabia ser popular e também fomentar o crescimento do capitalismo. Bonaparte organizou a máquina militar francesa na combinação de um *hardware* alimentado cada vez mais pelos frutos da Revolução Industrial e um *software* inspirado pela ideologia revolucionária, se esta foi perdendo seu caráter popular e radical e virando um patriotismo de cunho conservador, não importa para os propósitos da análise.

A arte da guerra napoleônica consistia em ignorar soberbamente as regras clássicas de guerra, ampliando teatro de operações, valendo-se da velocidade e maneabilidade das tropas, da combinação das diversas armas, padronizando e homogeneizando recrutamento, treinamento, equipamentos e logística.(5) Tudo isto sendo condensado na revolução da arte militar que foi a instituição do **corpo de exército**. Uma combinação singular das diferentes armas (cavalaria, artilharia, infantaria, engenharia e intendência) , garantindo a autonomia de uma fração do exército combatente e, ao mesmo tempo, sua combinação com outros corpos para criar exércitos com maiores raios de operação. A organização de um exército em corpos e suas subdivisões (divisões e brigadas) implicava num golpe potente no Antigo Regime militar, pressupondo uma **burocracia** nacional organizando a logísticas e reservas deste grande exército e, principalmente, um corpo de oficiais **profissional**, em ação no campo em estados-maiores que produziram a estratégia adequada de uso para esta máquina de guerra. Mais que isto , o Estado-Maior como interface entre o Exército e a Nação.

Os caducos conselhos de guerra (não estados – maiores reais) , Guardas pessoais, destacamentos de mercenários, regimentos recrutados por aristocratas, disposições geométricas de tropas são varridos do mapa em Valmy, Jena e Austerlitz. Qual o caminho de sobrevivência para as velhas monarquias ?

O nacionalismo foi uma herança contraditória da Revolução Francesa. Contraditória no sentido de que voltou-se contra os próprios franceses. No período do Diretório e Napoleônico era nítido que a expansão da Revolução era apenas o pretexto para a França ampliar o seu poder de potência capitalista emergente disposta a disputar a hegemonia mundial coma pérfida Albion. Coroas – e seus respectivos súditos eram entregues a parentes de Napoleão. Contudo, estes súditos aprenderam com a própria França, que eles eram cidadãos providos de direitos e que viviam em Nações.

A face oculta da história militar do período napoleônico é o enfrentamento do exército francês com forças irregulares e guerrilheiras nas Penínsulas Ibéricas e Itálica, no Tiro austríaco, em territórios da Confederação Germânica. Estas forças populares lutavam por sua Nação ultrajada, por tabela, acabavam defendendo reis depostos. Reacionário ou radical, o nacionalismo voltou-se contra o *Grand Armée* da Revolução e do Império. E os mais abalados – os prussianos – trataram de agir.

UMA NOVA ARTE DA GUERRA

No seio dos oficiais do exército prussiano – herdeiro das tradições de Frederico, o Grande – preparava-se a reação. O primeiro passo seria canalizar as massas populares agora ideologizadas pelo nacionalismo e canalizá-las para a ação militar, mais que isso, organizar a mobilização da Nação prussiana. Portanto criar uma interface que igualasse ou superasse o congêneres francês. Para isto surgiu o Estado-Maior Geral prussiano (posteriormente alemão), encabeçando outros estados-maiores em nível de exército, corpo, divisão, etc. Estas organizações reuniam a nata dos alunos das academias militares, principalmente, os capazes de compreender o novo caráter. Os fundadores e aprimoradores foram Gerhardt Johann Scharnhorst e August Wilhelm von Gneisenau (6), artífices da participação prussiana no processo de derrota de Napoleão de 1812 a 1815. Homens de planejamento e ação – Scharnhorst morreu de ferimentos de combate – coube ao discípulo de ambos codificar a experiência bélica prussiana, Carl von Clausewitz.

“ Como resultado, quando Karl von Clausewitz, discípulo e colega de Scharnhorst e Gneisenau, veio a formular as lições bélicas em sua obra **Vom Krieg** (“Da Guerra”), reconheceu que a Revolução Francesa e Napoleão haviam iniciado uma nova era, era que exigia uma forma de guerra mais implacável. A política dinástica, a diplomacia do equilíbrio de poderes e a estratégia tipo tabuleiro de xadrez já eram coisas ultrapassadas. A grande questão prendia-se á sobrevivência dos estados-nação. Como seu contemporâneo, Hegel, o filósofo da Corte prussiana, Clausewitz via no Estado a corporificação da suprema realização do Homem na terra. Ele acreditava que somente através do Estado é que o indivíduo conseguiria a verdadeira liberdade e que só a serviço do Estado é que o cidadão afirmaria individualmente o seu valor. E como a defesa do Estado era o seu dever precípua, o exército corporificava o que havia de melhor e mais verdadeiro no Estado. Clausewitz defendia a tese de que a existência do exército tinha precedência sobre a do Estado, porque o Estado não sobrevive indefeso. Esses pontos de vista constituíram a base da filosofia que orientou a formação dos Corpos de Estado-Maior-Geral prussiano (e depois alemão) nos séculos XIX e XX. É essencial que nos lembremos disto se quisermos compreender o comportamento dos líderes do Exército Alemão nos tempos da República de Weimar e do Terceiro **Reich**, para quem os interesses do exército eram mais importantes do que os do Estado ou dos seus cidadãos.” (7)

Portanto, Clausewitz sistematiza toda a experiência referente a herança napoleônica e da mobilização prussiana, constituindo-se no melhor teórico da guerra do século XIX, pois sua teoria é expressão da consciência das transformações materiais e ideológicas por quais passou a sociedade européia. Não um filósofo da guerra – como corretamente apontam Domício Proença et all – pois não busca explicações ou determinantes para uma “guerra em geral”, cujas leis e princípios podem ser registrados desde a Antigüidade. (8)

Como síntese das principais formulações de Clausewitz, poderíamos arrolar : (9)

- A guerra é a *continuação da política* por outros meios (especificamente, os meios de força)
- A guerra é a província da *incerteza e do acaso*.
- A guerra é dominada pela presença dos *fatores morais*.
- A guerra é constituída por uma *trindade paradoxal*, composta por governo, forças armadas e povo.
- O *combate*, mesmo “virtual” é a atividade *essencial* da guerra..
- A *defesa* é a forma mais forte da guerra.
- A onipresença do fenômeno da *frição*.
- O *ponto culminante do ataque*.

- As guerras podem ser *limitadas* ou *ilimitadas*.

Porém Clausewitz só encontrará prestígio no último terço do século XIX. O autor militar mais valorizado na primeira parte do século foi o suíço Antoine-Henri Jomini, que ganhou notoriedade ao supostamente explicar os segredos das vitórias napoleônicas e codificar a nova arte militar em princípios de validade perene e universal. (10)

“Jomini se manteve fiel ao mundo militar tradicional, aos escritos e práticas do final do século XVIII.. (...) Mais do que isso, o mundo bélico em Jomini era marcado por uma grande continuidade de valores tradicionais, em que um grande líder inspirava os valores locais de um povo e os fazia transcender sua rotina bélica num grande pulso heróico.

*Jomini não tinha realmente interesse pelas questões mais mundanas do abastecimento, da produção de armamentos ou treinamento das tropas. As forças Armadas de Jomini surgiam prontas e aprestadas para serem utilizadas nas guerras. Treinamento, suprimento e armamento eram expressões menores, inteiramente sujeitas à vontade, desígnios e persistência do comandante-em-chefe. Jomini entendia que todo o mundo militar era expressão de uma vontade articulada de um grande líder, aplicada num mundo militar distante e separado do mundo em geral. A vitória era possível a qualquer um com esta grandeza, desde que suas ações fossem consistentemente apoiadas nos **princípios universais da guerra**. Este enfoque determinava uma preeminência absoluta da estratégia nas guerras e nos seus resultados.”* (11)

O que explicaria o prestígio de Jomini, se claramente o autor não conseguia fazer a leitura das transformações econômicas e tecnológicas que o capitalismo impunha à sociedade européia. Tradicionalmente, a historiografia marxista retrata o século XIX como século do triunfo do capitalismo e da classe burguesa. Esta visão não é errônea, mas merece reparos. O século XIX é o século da burguesia enquanto resultado de uma complexa soma vetorial de forças antagonicas. Arno Mayer – no registro marxista- sustenta a persistência do Antigo Regime na sociedade européia. (12)

Para o autor, a aristocracia continua a ser o elemento básico da **sociedade política** e a principal fornecedora de quadro para a **elite dirigente**, enfim se a sociedade e a economia movem-se ao ritmo (lentamente) de 1789. O **Estado**, enquadra-se no plano das políticas restauradoras da Tradição, do Sangue e da Religião, do qual o Congresso de Viena e a Santa Aliança são momentos exemplares. A valorização da liderança aristocrática propugnada por Jomini encontra nesta sociedade o caldo de cultura ideal para vicejar.

Contudo, se Clausewitz possuía a melhor *weltschaung* (visão de mundo) sobre a guerra numa sociedade capitalista em expansão, como a liderança incontestada de Jomini no plano militar foi superada.

NOVAS TECNOLOGIAS E UM PARENTÊSES (A GUERRA CIVIL AMERICANA).

Assim como a Revolução Americana é subestimada na constituição do mundo contemporâneo. Os EUA são ignorados como elemento essencial para desvelar a trajetória da sociedade burguesa e capitalista ocidental. Para muitos aparece na história **mundial** apenas com a Primeira Guerra Mundial. Contudo, haveria muito mais esclarecimento sobre o capitalismo do século XXI e sobre o Liberalismo presente com um exame atento dos processos históricos da

América do Norte. E foram nos EUA, que as teorias da guerra do século XIX puderam ser “testadas”.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) foi o maior confronto bélico do século XIX, superando em número de combatentes e baixas, qualquer guerra anterior. (13) Os exércitos foram liderados por oficiais profundamente embebidos nas teorias jominianas. Esperava-se a vitória por intermédio de batalhas decisivas. Pelo menos, esta era a esperança do Sul, possuía os melhores generais (Robert, Lee, “Stonewall” Jackson, Jeb Stuart, Albert Johnstone outros mais), seus soldados possuíam o espírito de homens da fronteira, ao contrário dos “materialistas ianques”, etc. Contudo vitória após vitória – decisivas segundo os princípios jominianos – dos sulistas, o Norte não demonstrava a honrada conduta de aceitar a derrota no campo de batalha. Porém, os nortistas se fortaleciam nos mesmos princípios desprezados por Jomini – treinamento, suprimento e armamento – perdiam no campo de batalha, mas não na mobilização. Quanto ao Sul caminhava para a exaustão dos seus recursos econômicos. O Norte captou a essência de uma guerra marcada pelo crescimento exponencial da tecnologia. Como assinala Charles Messenger:

“O desenvolvimento do fuzil Minié e do cartucho auto vedador, que dava à bala maior propulsão e, portanto, maior alcance, alterou radicalmente as táticas até então adotadas no campo de batalha. Logo se evidenciou, na Guerra Civil Americana, que o tradicional ataque frontal perdera o seu significado. O maior alcance do fuzil indicava que era possível dar combate aos atacantes num alcance muito maior e, por conseguinte, infligir-lhes maiores baixas. Ao mesmo tempo, o canhão tornou-se estriado, o que também aumentou seu alcance, e tudo isto combinou-se para levar à compreensão de que, muito mais que anteriormente, era mais fácil defender do que atacar. A defesa também se tornava ainda mais fácil se cavassem trincheiras protetoras para impedir baixas provocadas pelo fogo do inimigo. O Coronel Theodore Lyman, oficial do Estado-Maior do General Meade, escreveu: ‘ Coloque um homem num buraco e uma boa bateria numa colina atrás dele, e ele repelirá três vezes o seu número mesmo que não seja um soldado muito bom.’ Isto, combinado com a introdução de metralhadoras, a de Requa e a Gatling, bem como o fuzil Spencer alimentado pela culatra com estojo, além do uso de observação aérea por meio de balões, a utilização de trens blindados, sinalização luminosa e com bandeirolas, bem como do telégrafo de campanha, fizeram da Guerra Civil Americana, a primeira das Guerras Modernas.” (14)

Em 1863, Robert Lee atacou o exército nortista em Gettysburg, Pensilvânia. Foi uma batalha de atrito que resultou numa fragorosa derrota para a Confederação sulista. Lee aplicou corretamente o princípio jominiano de concentração de forças no ataque ao ponto decisivo, mas certo vagar na reunião de suas tropas, a resistência inesperada de certas tropas federais; seu maior poder de fogo e o fato da União vislumbrar o teatro de operações como algo maior que o campo de batalha, ou seja, fatores apontados pela obra de Clausewitz levaram a sua derrota e selaram o destino da Confederação.

Outra guerra deu ressonância ao pensamento clausewitiano – a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71 – depois do rápido esmagamento dos franceses, o chefe do Estado-Maior Geral General Moltke, o Velho comentou seus débitos com a obra de Clausewitz. Não era à toa, a Alemanha que então se unificava, passava a ser a potência européia de crescimento econômico acelerado, um dos epicentros da Segunda Revolução Industrial. O Estado prussiano – agora alemão – atingia ao seu ápice. O Império Alemão passou a ter plenas condições de mobilização como foram preconizadas pelos fundadores do Estado-Maior-Geral.

No último quartel do século XIX, a industrialização até então um fenômeno franco-britânico espalhou-se pelo continente. Surgem poderosos exércitos baseados no serviço militar obrigatório, usando dezenas de milhares de conscritos e formando centenas de milhares de

reservistas. Linhas férreas incorporam-se à logística militar, indústrias adaptam-se a produção de armamentos e suprimentos. Nacionalismos belicosos excitam as populações civis. Quartéis enraizam-se na vida cidadina. Surge uma nova cultura militar ou vida social militar. (15) Clausewitz incorpora-se a este patrimônio.

Todos esperavam uma nova guerra que daria o veredicto sobre as disputas imperialistas e contendas nacionalistas. Só que desta vez – ao contrário de 1789 – os exércitos seriam muito parecidos na sua estruturação e motivação, clauswitzianamente tenderiam ao empate e impasse. Armava-se o cenário da carnificina futura. No dizer de Hobsbawm:

“O momento os surpreenderá, mas não mais pelo fato da guerra, ao qual a Europa se habituaria, como alguém que vê uma tempestade se aproximando. De certo modo sua chegada foi amplamente sentida como uma libertação e um alívio, sobretudo pelos jovens da classe média – homens, muito mais que mulheres – embora menos pelos operários e menos ainda pelos camponeses.” (16)

UMA CRÍTICA A JOHN KEEGAN E ALGUMAS HIPÓTESES À GUIA DE CONCLUSÃO

O britânico John Keegan é um dos principais historiadores militares da atualidade. Dono de uma vasta obra destaca-se por introduzir nos estudos dos fatos e fenômenos militares a discussão de valores e análise dos homens em guerra. Valoriza o contexto sócio-político e introduz instrumentais sociológicos e antropológicos. Estuda a “cultura” da guerra. (17)

No seu portentoso livro “Uma história da Guerra”, Keegan procura fundamentar uma teoria cultural da guerra, muito próxima de uma filosofia da guerra e elege como alvo de suas principais críticas, o pensamento de Clausewitz. Nas suas próprias palavras:

*“A guerra não é a continuação da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se esta frase de Clausewitz fosse verdade. . Clausewitz (...) na verdade escreveu que a guerra era a ‘continuação das relações políticas’ (**des politischen Verkehrs**) ‘com entremistura de outros meios’ (**mit Einmischung anderer Mittel**). O original alemão expressa uma idéia mais complexa e sutil que a tradução mais freqüentemente citada. Nas duas formas, no entanto, o pensamento de Clausewitz está incompleto. Ele implica a existência de Estados, de interesses de Estados e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo, a guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. ‘O homem é um animal político’, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar.”* (18)

Mais ainda, Clausewitz é criticado por ser o criador de um paradigma que o aproxima de Karl Marx, também considerado um redutor da realidade, pois ambos defendiam visões simplificadas do processo social. Ambos são considerados progenitores de catástrofes, o militar prussiano da Primeira Guerra Mundial; o filósofo renano da Revolução Russa. (19) Tragédias para os espíritos liberais.

Contudo, acredito que Keegan se equivoca e confunde diferentes pensamentos apenas pela essência. Seu discurso rememora o historicismo liberal de fundo empiricista

predominante nos ambientes acadêmicos britânicos do século XIX. Ao optar pelo “cultural” como eixo de análise do fenômeno guerra, constrói uma Guerra que é uma extensão dos instintos humanos, uma Guerra atemporal e por isto mesmo, a-histórica. Beligerâncias ocorreram em diversas fases da história da Humanidade, mas será que significaram a mesma coisa ? Havia mercado na Roma Imperial, bem como nos burgos medievais e os mercados são onipresentes na nossa sociedade neo-liberal, são a mesma coisa ? Não, o que são dependem das articulações **concretas** dos homens entre si, gerando configurações sociais específicas. Por isto, não existe o Mercado, entidade abstrata.

A Guerra de Keegan é um universal abstrato - - a guerra em geral – e só existe numa narrativa histórica que desconhece a práxis humana. Se Keegan se incomoda com os efeitos da teorização clausewitziana, deveria também se incomoda com o capitalismo do “longo século XIX” . Capitalismo este que talvez gostasse de expressar seus antagonismos através da Guerra culturalizada de Keegan, cuja ritualização impediria os excessos, e não a superação de suas contradições. (20)

Nesta perspectiva, Clausewitz emerge não como um teórico da Guerra em geral, mas como o teórico da guerra capitalista ou mais propriamente da **guerra entre Estados capitalistas** (21). Este aristocrata prussiano, pertencente a um Antigo Regime que se modernizava pelo impacto da Revolução Francesa, exteriorizou a consciência possível do que seria o poder militar na nova ordem capitalista emergente.

NOTAS

(1) HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções.(1789-1848)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 5 ed. 1986 pp.17-20 e 37-42

(2) O episódio da rendição de Cornwallis é citado em LINEBAUGH, Peter. *Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram*, Revista Brasileira de História 6. 1987. O fato é criticado como um dos mitos da Revolução Americana por RAPHAEL, Ray. **Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos**. R.J. Civilização Brasileira. 2006. pp. 233-234. O mesmo autor aponta para um fato bastante ignorado, o caráter de **guerra civil** presente na Revolução Americana, principalmente nas colônias do Sul. RAPHAEL, RAY. *Op. Cit.* pp.213-228

(3) NAPOLEÃO. **Aforismos, Máximas e Pensamentos**. Rio de Janeiro. Clássicos Econômicos Newton. 1996.p.34

(4) BERTAUD, Jean-Paul. *O Exército: Cidadãos Soldados*, in VOVELLE, Michel(org.) **França Revolucionária (1789-1799)**. São Paulo. Brasiliense. 1989 . p. 285

(5) Para a descrição da *Grande Bateria* de Napoleão (concentração excepcional de fogo de artilharia com o objetivos de desarmonizar as manobras do exército adversário) ver ROBERTS, Andrew. **A Batalha de Waterloo**. Rio de Janeiro. Ediouro. 2006. pp.61-64. Como curiosidade Roberts aponta os feitos napoleônicos como criador de um mito de uma suposta superioridade do exército francês que seria posta a prova no século XX com resultados negativos!

(6) Foram imortalizados como nomes de potentes belonaves alemãs na Segunda Guerra Mundial.

(7) LEACH, Barry. **Estado-Maior Alemão**. Rio de Janeiro. Rennes.1975.p.14

É importante lembrar que a dissolução do Estado-Maior-Geral alemão foi imposto pelo Tratado de Versalhes, já que seu papel na formação da colossal máquina de guerra alemã era nítido e os nazistas ganharam o apoio reticente do *stablishment* militar a proposta de seu ressurgimento. Promessa cumprida, a *OKW* e *OKH* desempenharam papel crucial na estratégia da Segunda Guerra Mundial, embora freqüentemente se chocaram com as concepções estratégicas de Hitler.

(8) PROENÇA Jr., Domício, DINIZ, Eugênio e RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de Estudos de Estratégia.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Editor. 1999. p. 76

(9) Segui o arrolamento de PROENÇA Jr, Domício et all. *Op.cit.* pp. 78-84. Sugiro a leitura da problematização que os autores fazem destes postulados.

(10) Para uma exposição crítica da doutrina de Jomini, PROENÇA Jr, Domício et all. *Op.cit.* pp. 56 - 69

(11) PROENÇA Jr, Domício et all. *Op.cit.* p. 57

(12) MAYER, Arno J. **A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime.** São Paulo. Companhia das Letras. 1987 pp. 13-25 e pp. 133-138. O autor também assinala que na maioria dos exércitos ainda vigorava um oficialato baseado em *status* de nascimento. A venalidade (compra de patentes) só foi abolida na “capitalista” Inglaterra em 1879.

(13) Para uma explicação geral das causas da guerra, ver MOORE Jr., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e Democracia.** São Paulo. Martins Fontes. 1983. pp.115-144

(14) MESSENGER, Charles. **A Guerra de Trincheiras. França e Flandres, 1914-1918.** Rio de Janeiro. Rennes. 1978. pp. 09-10. Messenger, aluno de Keegan em Sandhurst, aponta a Guerra Civil Americana como precursora explícita da Primeira Guerra Mundial, especialmente, a guerra de trincheiras.

(15) Para caracterização deste ambiente militar e sua inter-relação com a sociedade, ver KEEGAN, John. **The Second World War.** London. Pimlico. 1989. pp. 03-17

(16) HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1988. p.450

(17) Um bom exemplo é seu estudo sobre os combates na Normandia em 1944. KEEGAN, John. **Six Armies in Normandy.** London. Penguin. 1994. Keegan não apenas discute os eventos específicos do campo de batalha e sim como estes foram moldados pelos valores e tradições dos seis exércitos que se enfrentaram (americano, britânico, canadense, polonês, francês e alemão), isto é culturas militares fruto da **História**.

(18) Keegan, John. **Uma História da Guerra.** São Paulo. Companhia das Letras. 1995. p.19

(19) Keegan, John. *Op. Cit.* pp. 33-41

(20) Para a crítica das “abstrações universalizantes” inspirei-me em MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**

(21) Como assinala José Luís Fiori, a evolução do capitalismo não dependeu da expansão do “capital em geral” e sim foi resultado da competição de Estados capitalistas concretos. pp. 20-33 Neste sentido, Clausewitz tematiza como os Estados capitalistas devem travar suas guerras específicas, dentro de um sistema interestatal.